

## O Recife: entre a falta de (com) postura e a busca por uma nova ética urbana

Manuela Arruda dos Santos \*

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo analisar a construção do discurso da higiene como elemento norteador de mudanças de caráter estrutural, ocorridas no Recife, entre 1831 a 1845. Ao discutirmos os relatos de cronistas e viajantes sobre a realidade cotidiana, deparamo-nos com ruas estreitas e sujas, falta de água potável e hábitos considerados incivilizados pelo olhar do “outro”. Tal cenário contrastava com o ideário vindo da Europa, em voga na época, que propagava a cidade como o “locus” de modernidade, civilidade e higiene. Examinamos os investimentos discursivos do poder público na construção de uma nova sensibilidade em relação à sujeira e à limpeza do Recife, durante a primeira metade do século XIX.

**Palavras chaves:** Saúde Pública, Higiene, Recife, Século XIX.

**Abstract:** This study aims to examine the construction of the discourse of hygiene as a guide to structural changes in character, occurring in Recife, from 1831 to 1845. To discuss the reports of travelers and chroniclers of the everyday reality, we come close and dirty streets, lack of potable water and habits considered uncivilized by the look of the “other”. This scenario contrasts with the ideas from Europe, in vogue at the time, which propagated the city as the “locus” of modernity, civility and hygiene. We examine the investment of public discourse the construction of a new sensitivity on the dirt and the cleaning of the reef, during the first half of the nineteenth century.

**Key-words:** Public Health, Hygiene, Recife, nineteenth century.

Quando o príncipe regente de Portugal desembarcou em terras brasileiras com seu séquito de nobres, seus livros, suas carruagens, suas sedas, suas “delicadezas”, seus manuais de “civilidade” e, sobretudo, seu projeto de construir no Brasil a sede do Império português, deparou-se com muita sujeira, matas tropicais e a escumalha das ruas. A pretensa cortesia da corte contrastava com a realidade das ruas do Rio de Janeiro, futura sede do Império. A vinda da família real para o Brasil e a abertura dos portos às nações amigas, impulsionaram uma série de transformações estruturais. A chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro disparou um processo de remodelamentos e encobrimento de antigos hábitos coloniais. O Brasil passaria por um fenômeno intrigante, a instalação de uma corte em uma colônia sem nenhuma cortesia, desconectada do circuito ocidental de civilização<sup>1</sup> e civilidade.

---

\* Mestra em História pela UFRPE.

<sup>1</sup> O conceito de civilização foi amplamente discutido e analisado por Norbert Elias nos dois volumes de *O Processo Civilizador*. O sociólogo alemão atenta para o fato de que o conceito de “civilização” se refere a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, aos tipos de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Sendo assim, praticamente todas as ações humanas podem ser classificadas como “civilizadas” ou “incivilizadas”.

Polir, assear, adornar, era o novo caminho para um país que queria entrar nos novos arautos da ordem, razão, prevenção, civilização e moralidade pública. Era preciso estetizar o cotidiano, impondo uma ordem minuciosa a fim de regular todas as esferas da vida e forjar um processo civilizatório baseado no decoro público e na etiqueta social. Em outras palavras era preciso espanar os brilhos dos pirilampos das matas tropicais pelo luzir das sedas e dos ouros.

A cidade passava a ser tida como modelo de modernidade e civilidade - em detrimento do meio rural – abarcando um número cada vez maior de habitantes. Uma sociedade que começava a se urbanizar teria de construir uma urbanidade (uma ética urbana), bem diferente do passado rural, baseado em uma economia agrária e pautada pela prática escravista rural. A distinção entre a população rural e a população urbana não significou na prática uma separação total. Entre o campo e a cidade existiam trocas e intercâmbio de produtos, de idéias, de população. O capital viria a modificar as funções da cidade e esta por sua vez, absorveu os contingentes populacionais oriundos do êxodo rural.

A cidade mudou de natureza, sua aparência se modificou, no entanto, o mesmo nome designa hoje uma realidade social bem distinta daquilo que durante o período colonial foi chamado de cidade. O século XIX trouxe uma diversificação das funções da cidade provenientes das mudanças provocadas pela técnica e pelas demandas econômicas. O crescimento do fenômeno urbano gerou um novo tipo de vida, afetando as relações sociais e de trabalho, lazer, bem como crenças e comportamentos. Como nos fala Pechman:

O processo de constituição de uma nova ordem social a que toda experiência de transformação tem que se submeter no sentido de atualizações dos seus códigos de mando e de obediência, a partir do que se redefine o lícito e o ilícito, o que é direito e o que é ilegal; e, no seu limite, o possível e o impossível, o desejável e o desprezível, o tolerável e o insuportável. (PECHMAM, 2002:38)

O Recife foi uma dessas cidades que em um curto espaço de tempo, viu sua estrutura patriarcal e agroexportadora da cana-de-açúcar sofrer importantes mudanças. Uma nova leitura do urbano acontecia, um novo projeto político se delineava embasado no discurso higienizador, calcado no desenvolvimento acelerado das ciências e no conceito de progresso. Sendo assim a destruição do “povoado dos arrecifes” foi se tornando necessária. Era preciso abandonar a tradição de espaço social da colônia e as impressões de antiga vila colonial, para erguer uma cidade e, neste sentido, sua demolição foi, pouco a pouco, configurando-se como inevitável. Demolição política. Demolição simbólica. Demolição física. E, também,

econômica e cultural. Menos vila, mais Recife. Múltiplas representações foram engendradas acerca do modo de edificar o futuro grandioso que se queria para a nova cidade, o que supunha, dentre outras medidas, formarem uma nova população e novas condutas.

Com a abertura dos portos, o Recife passou a ser parada obrigatória dos viajantes estrangeiros. O florescimento econômico atraiu muitos técnicos e cientistas, negociantes que vieram para Recife de passagem, para realizar suas pesquisas, a negócio ou para se estabelecer definitivamente. Uma série de estrangeiros das mais variadas profissões como: médicos, pastores, naturalistas ou simplesmente aventureiros deixaram relatos sobre as relações cotidianas e aspectos culturais, atestando as transformações e resquícios da paisagem colonial que ainda podiam ser visualizados. Livros e relatos de viagem descreveram a paisagem, com descrições pormenorizadas da vida cotidiana e, sobretudo de uma nova realidade que se descortinou no século XIX, o cenário urbano. São descrições valiosas, pois, a partir delas, podemos reconstituir ambientes, hábitos urbanos, costumes, vida familiar, festas e fatos políticos.

Quando chegou a Recife, Henry Koster<sup>2</sup> deparou-se com uma realidade nova para os seus olhos de forasteiro, ficou impressionado com a formação geográfica e os costumes do povo do lugar. Achou grande o número de “indivíduos de cor mais acentuada” a transitar pelas ruas e classificou de “feia algazarra” o movimento e os cantos dos escravos, chegando a sentir-se “perturbado” e “embaraçado”. Considerou que as ruas da cidade tinham um aspecto sombrio e não encontrou mulheres, senão escravas nas ruas. De acordo com informações Koster, “os três bairros da cidade contam, juntos, cerca de 25.000 habitantes ou mais, e cresce rapidamente. Novas casas são erguidas e por toda parte vêm-se novos alicerces.” (KOSTER, 1978:32). O viajante destacou ainda que, em 1809, Recife se apresentava como lugar próspero, aumentando dia-a-dia em importância e opulência. Aludindo a sua importância política, Koster afirmou que a província gozava do “terceiro lugar entre as províncias do Brasil, mas, no ponto de vista comercial e em relação à Grã-Bretanha.” (KOSTER, 1978:32)

---

<sup>2</sup> Henry Koster (17 -1820), filho de ingleses, nasceu em Portugal. À procura de bons ares para seus pulmões, chegou ao Recife, vindo Liverpool, Inglaterra, no dia 7 de dezembro de 1809. No Recife Henry Koster fez amizades, participou da vida social, artística e até mesmo política da cidade. Conheceu Goiana, Itamaracá, foi agricultor, senhor de engenho, dono de escravos. Em 1816 publicou, em Londres, *Travels in Brazil*, furto de suas anotações sobre os habitantes e os costumes do Brasil. Segundo Luís da Câmara Cascudo, tradutor da primeira edição da obra de Koster em livro, o trabalho de Koster pode ser considerado o primeiro relato, cronologicamente falando, sobre a psicologia, a etnografia e o cenário do povo nordestino no século XIX.

Sobre os três principais bairros da cidade, Koster chamou atenção para a formação dos edifícios com três, quatro e mesmo cinco andares, ruas estreitas, poucas apresentavam calçamento. De uma maneira geral, a partir das falas de Koster, percebemos a falta de estrutura que já em 1809 acometia o Recife em crescimento. Destaque para a precariedade do sistema de abastecimento de água,

A cidade é suprida d' água transportada em canoas, de Olinda ou do Rio Capibaribe, acima da influência das marés. O transporte é em canoas próprias e embora sejam embarcações abertas, são comumente imundas e raramente tratam de limpá-las. Os poços são cavados no areal onde a cidade é situada fornecem apenas água salobra<sup>3</sup>. (KOSTER, 1978:32)

A questão do abastecimento de água potável, pontuada por Koster, sempre foi um problema para o Recife e a solução encontrada desde os primórdios da colonização foi transportar a água dos mananciais até a cidade por meio de canoas. A água que servia ao Recife vinha de longe, era precariamente acondicionada em barris e chegava às casas em cima das cabeças dos escravos. Com passar do tempo a poluição do Beberibe e a distância percorrida para conseguir água “boa” demandou a proposição de planos para tentar resolver a questão. O carregador de água, personagem clássico do período colonial, não estava mais a altura das necessidades do centro urbano. Era preciso fazer com que a água chegasse a lugares distantes por meios de aquedutos e uma ampla rede de canalizações<sup>4</sup>.

O primeiro projeto que previa a canalização de água foi proposto já em 1806, ou seja, três anos antes da chegada de Koster e propunha o aproveitamento do manancial do rio do Prata. Pelo menos no campo das intenções podemos verificar que o poder público já buscava a identificação de mananciais e o planejamento de um sistema de abastecimento de água mais moderno para o Recife. A falta de higiene no transporte e no acondicionamento da água que era consumida na cidade foi responsável por muita dor de barriga, diarréia e tantos outros males que, naquela época, não tinham uma explicação clara. Apesar da existência dos projetos, a população do Recife continuava a ser servida por um sistema de abastecimento de água bastante precário. Como nos fala Marcus Carvalho: “É curioso notar, portanto, que o fornecimento da água consumida pelos donos dos altos sobrados do Recife dependesse de escravos e negros canoeiros. Quanta água sujada, cuspidada e até urinada por negro mais afoito

---

<sup>3</sup> (grifos nossos)

<sup>4</sup> A água continua ser ainda hoje um dos grandes problemas para o futuro das cidades, o aumento do consumo das necessidades domésticas e indústrias se encontra cada dia mais patente. Enquanto isso, a qualidade da água tem sido comprometida pela poluição, que atinge todos os mananciais. E ainda ocorre o racionamento.

não deve ter sido bebida pelos donos de gente que habitavam a cidade.” (CARVALHO, 1998:30).

Ratificando as impressões de Koster, o francês Louis-François de Tollenare<sup>5</sup> que andou pelo Recife entre 1816 e 1817 afirmou vivenciar a sensação de um espetáculo novo, além de ressaltar a precariedade do sistema de fornecimento de água. Chamou a atenção do francês o aspecto “mal edificado” e pouco “asseado” do bairro do Recife. A visão de um mercado de escravos chocou o estrangeiro:

Grupos de negros de todas as idades e de todos os sexos [...] acham-se expostos à venda diante dos armazéns. [...] Grande número deles padece de moléstias de pele e está coberto de pústulas repugnantes. [...] O aspecto geral não apresenta nem prantos, nem gritos, nem desespero; entretanto, o estrangeiro que acaba de desembarcar não pode se furtar de um sentimento penoso, que lhe causa em primeiro lugar a vista da escravidão, e em segundo o cheiro desagradável que se desprende desta população de cativos<sup>6</sup>. (TOLLENARE, 1978:21)

Enquanto os olhos de estrangeiro de Tollenare assinalavam perplexidade, os habitantes do lugar pouco se importavam com o transitar de negros seminus doentes e fedorentos que andavam pelas ruas, até por que seus donos também fediam. Aliás, nessa época, imperava nas cidades um fedor dificilmente concebível por nós hoje. Nas ruas e becos estreitos uma gama de maus cheiros se confundia. Dentro das casas, cozinhas sem ventilação tornavam o ar viciado, propenso aos temíveis miasmas<sup>7</sup>. Nos quartos, poeira e mofo se misturavam ao mau cheiro dos lençóis sebosos e dos colchões de palha úmidos, impregnados da fedentina dos penicos mau cheiro desagradável dos penicos. Tollenare espiou o interior das casas baixas do bairro de Santo Antônio e Boa Vista e concluiu que nada tinham a oferecer de sedutor, considerou que o interior das moradias ressaltava a “miséria” e a “imundície” do povo.

A falta de limpeza e civilidade também assustou a inglesa Maria Graham<sup>8</sup>, ao ver o desembaraço com que as pessoas comiam com mãos durante um jantar na casa do na casa de

---

<sup>5</sup> Louis- François Tollenare (1780-1858) nasceu em Nantes, França. Viveu no Recife nos anos de 1816 e 1817. Chegou aqui com a finalidade de se dedicar ao comércio de algodão. Costumava escrever aos domingos, suas notas a respeito do que achava interessante nas cidades de Recife e Salvador, vem daí o título do livro. Tollenare foi testemunha presencial do movimento republicano de 1817 e deixou importantes relatos a esse respeito.

<sup>6</sup> (grifos nossos).

<sup>7</sup> Miasma era o termo usado para designar todas as emanções nocivas que corrompem o ar e atacam o corpo humano. Somente o olfato poderia advertir sua presença; “não nos é dado tocá-los nem vê-los”. Entre os focos de infecção, além dos pântanos, um dos mais perigosos para o homem “é o próprio homem vivo ou morto”. (CHERNOVIZ, 1890). Verbete. MIASMA.

<sup>8</sup> Maria Graham (1785-1842) nasceu em Cockermouth, na Inglaterra. Partindo de Plymouth no dia 31 de julho de 1821 a bordo da fragata Dóris comandada pelo capitão Thomas Graham, seu marido, chegou ao Recife no dia 14 de outubro do mesmo ano. A cidade se achava em pé de guerra, vivenciando as tensões do movimento

um comandante. A falta de garfo e faca não intimidava os presentes que comiam indiscriminadamente, metendo a mão na comida. “Todas as espécies de pratos foram misturadas e tocadas por todas as mãos. Depois do jantar, um escravo passou em volta uma bacia de prata com água e toalhas. [...]” (GRAHAM,1990:152-153)

Ao ler os relatos dos viajantes percebemos o contraste de representações que os mesmo elaboram a respeito da cidade, é recorrente a mudança de discurso entre a aparência encantadora da cidade vista quando vista à distância e o estado de decadência e abandono que apresenta a quem dela se aproxima. Eis a impressão do pastor Daniel Kidder<sup>9</sup>

Vista do mar, a cidade de Pernambuco oferece aspecto singular. O terreno é plano e um pouco acima do nível do mar. As casas são alvacentas, construídas na praia, parecem surgir do meio das ondas. Por outro lado, são tão altos esses prédios fronteiriços, que impedem uma visão extensa da cidade. [...]. (KIDDER, 1992:149-150).

Ao mesmo tempo em que se via encantado com as belezas naturais do lugar, o olhar do pastor Kidder fixa a atenção em singularidades cotidianas que nem sempre eram bem assimiladas pelos que vinham de fora. Entre a visita de Maria Graham e a estada de Kidder em terras recifenses, decorreu-se um espaço de mais de uma década, no entanto, os problemas estruturais pontuados anteriormente pelos viajantes de outrora, longe de terem solução, foram se agravando,

Apesar da beleza natural e dos motivos que, num clima como este, impõe o maior asseio possível, algumas ruas e caminhos dos subúrbios podem rivalizar com a parte baixa da Bahia, em sujeira e mau cheiro. As estradas são também esburacadas devido às poças de água estagnada, e, durante a estação chuvosa, os pedestres são forçados a vadear verdadeiros charcos, se quiserem transitar. Mesmo quem anda a cavalo, às vezes dá graças a Deus encontrar um passeio, ainda que meio inundado, por onde passar com segurança, sem expor à lama as vestes (KIDDER, 1992:151).

Segundo Kidder, a culpa pelos problemas da cidade recaia sobre “a censurável negligência e falta de iniciativa” dos agentes de municipalidade que pouco demonstravam fazer para melhorar a estrutura do espaço. Assim como outros viajantes que não se furtaram a

---

de independência política de Portugal, mas, mesmo assim, Maria Graham não deixou de conhecer a cidade e seus arrabaldes, apreciando as belezas naturais da terra, e narrando os costumes dos habitantes e seus modos de vida.

<sup>9</sup> Daniel Kidder nasceu na cidade de Darién, Estados Unidos em 1815. Esteve no Brasil entre os anos de 1836-37 e retornou entre 1840-42, com o intuito de propagar sua fé pelo Nordeste e pela Amazônia.

apontar os problemas da cidade, entre eles a sujeira e o mau-cheiro das ruas, Charles Darwin<sup>10</sup>, de passagem por Recife 1836, foi enfático ao expressar sua aversão pelo lugar:

A cidade é por toda parte detestável, as ruas estreitas, mal calçadas e imundas; as casas, altas e lúgubres. A estação das chuvas acaba apenas de findar-se, de maneira que a região adjacente, com quase não se achar acima do nível do mar, apresentava-se completamente alagada, pelo que não logrei fazer passeios distantes. (DARWIN, 1992:165)

E o desconforto do naturalista inglês estendeu-se aos costumes nativos, que segundo ele seriam fruto da “falta de civilidade” do povo

Devo aqui rememorar o que aconteceu, pela primeira vez, durante quase todo o espaço de cinco anos em que peregrinávamos, a saber, encontramos a falta de civilidade: fui recusado em duas casas diferentes, de maneira assaz enfezada, e somente com muita dificuldade permitiram-me, numa terceira, que atravessasse as hortas, a fim de ganhar acesso a uma colina não cultivada, a que desejava subir para poder examinar, do alto, a região. Sinto-me feliz por ter isso acontecido na terra dos brasileiros, pois não sinto por eles nenhuma paixão – terra de escravidão e, portanto, de aviltamento moral. Um espanhol teria sentido vergonha só de pensar em recusar semelhante pedido ou proceder com brutalidade para com um estrangeiro. (DARWIN, 1992:165-166)

Ao contrário de outros viajantes do período, Darwin não estava muito preocupado em descrever os costumes, o motivo pelo qual o navio Beagle alterou o curso de sua rota e aportou em terras pernambucanas, deu-se por questões de mudança nos ventos, obrigando a uma parada forçada. Além da falta de civilidade do povo, atribuída pelo próprio Darwin, como um traço do regime escravista e da sujeira das ruas, o que mais chamou a atenção do pesquisador foram os arrecifes e a vida marinha que se desenvolvia ali. A imagem que o escocês George Gardner, também naturalista, que esteve o Recife em 1837, se coadunam com as impressões de Darwin, principalmente no que diz respeito aos aspectos higiênicos:

A cidade é pouco recomendável a quem não tem negócios a tratar. Os prédios são mais altos do que os do Rio e as ruas, na maior parte, ainda mais estreitas e, por certo, igualmente sujas. Em quase todas as capitais do Brasil, as chuvas são o único varredor, que as mantêm sofrivelmente limpas, quando edificadas em declive, o que, infelizmente, não é o caso de Pernambuco: na estação chuvosa, as ruas enchem-se de água e lama; na seca, o lodo converte-se em nuvens de pó. Sempre me pareceu extraordinário que as doenças epidêmicas aí não prevaleçam com mais freqüência, em vista de tais circunstâncias. (GARDNER, 1978:50)

---

<sup>10</sup> Charles Darwin (1809-1882), fisiologista inglês e defensor da teoria da evolução das células para explicar a origem das espécies, chegou ao Brasil por meio de uma expedição, onde juntamente com um geólogo e um botânico pretendia fazer uma viagem de volta ao mundo a fim de estudar espécies animais e vegetais. Foi durante esse período que ele conheceu o Recife. Deixou suas impressões sobre a cidade, registradas no seu livro: *Diário das investigações sobre a história Natural e Geologia dos países visitados durante a viagem ao redor do mundo pelo navio de sua Majestade “Beagle” sob o comando do capt. Fitz Roy*, publicado em 1871.

Gardner é enfático ao dizer que a cidade não seria recomendável para estabelecer moradia. As ruas eram tão sujas quanto às da Corte, denotando que os problemas estruturais eram compartilhados de modo geral por todas as grandes cidades do período. Outro problema era agravado durante a estação chuvosa. Por estar situada no nível do mar, a cidade tornava-se praticamente intransitável nesse período. Era durante o período chuvoso que as áreas de manguezais e restingas aterradas recebiam a água da chuva que não tinha mais pra onde correr, transformando ruas e quintais em charcos imundos.

A percepção de que a cidade estava infestada de gente perigosa e de que a mesma constituía-se como uma ameaça, uma vez que ela se apresentava como lugar de circulação e esconderijo de homens perigosos, norteou a formulação de uma legislação que pudesse disciplinar a população e suas condutas dentro do espaço citadino. Os termos “ordem”, “manutenção da moral pública” e “saúde pública” transparecem em três documentos fundamentais na constituição social e urbana do espaço por nós estudado, trata-se da Lei de 1º de Outubro de 1828, o Código Criminal de 1830 e Código de Posturas de 1831.

Dentro da nova organização política do Império, os organismos criados em nível nacional e provincial convergiram sua atuação para a cidade. Assim, as mazelas que acometiam o espaço urbano transformaram-se em problemas de saúde pública, o que requereu dos órgãos competentes a adoção de medidas para combater de maneira sistemática os problemas urbanos dentre os quais, a falta de estrutura e limpeza dos espaços se destacava. Além do viés disciplinar, o corpus dessa legislação evocava a todo o momento que o seu cumprimento e a adoção de medidas saneadoras e higiênicas seriam a condição para a manutenção da vida e do bem comum.

Curar enfermidades, intervir nos fenômenos, nem tanto para modificá-los, mas para regular sua intensidade. Esse cuidado com a vida ou, o fazer viver – deixar morrer, no qual se inscrevia essa nova tecnologia de poder, o biopoder, como observou Foucault (FOUCAULT, 2002) tem essa capacidade de regulamentação, e não seria anacrônico pensar na aplicação desse conceito para a realidade recifense da primeira metade do século XIX, ao analisarmos as entrelinhas do texto que compõem essa legislação. Elas serviram para estabelecer as bases legais, no que tange a legitimidade, da vida e da sociedade urbana imperial. A preocupação com a construção da cidade, do espaço limpo e ordenado, estava restrita ao perímetro urbano, era o código (a lei) quem determinava qual a área de Recife seria urbanizada, funcionando como um marco delimitador de fronteiras de poder. As leis foram recortando trechos, ilhando



grupos em detrimento de outros, estabelecendo os modelos adequados e aceitos como noções de civilidade que o código buscava determinar.

Mesmo tratando das novidades, a sociedade recifense do período não mudou subitamente. O peso das permanências pôde ser verificado dentre os mais diferentes aspectos culturais, bem como nas relações sociais. Era preciso inculcar na população a idéia de que a boa saúde só poderia ser conseguida através da higienização dos indivíduos, das habitações, das cidades. As propostas de planejamento e reformas do espaço urbano recomendavam enfaticamente o aterro de áreas alagadas, a dessecação dos pântanos, charcos, mangues e águas paradas, responsáveis pela exalação dos pestilentos miasmas. Também existiam projetos para o alargamento, abertura e calçamento de ruas; plantio de árvores, tentativas de normatizar remoção do lixo para áreas periféricas, inspeção constante dos matadouros, feiras e mercados; canalização e controle da qualidade da água, transferência de cemitérios. O lugar público estava idealizado, porém a maioria das pessoas que viviam na cidade não tinha condições de torná-lo "o espaço esperado", ou seja, praticá-lo nos moldes determinados pela elite civilizada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: HUMANITAS/ FFLCH/USP, 2004.
- CARVALHO, Marcus Joaquim. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850)*. Recife: editora universitária, UFPE, 1998.
- CORBIN. Alain. *Saberes e odores. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionário de medicina popular e das sciencias / Pedro Luiz Napoleão Chernoviz.*, Edição 6. ed., Imprensa Pariz: Chernoviz, 1890.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Tradução, Ruy Jungmann; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. Vols. 1 e 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GARDNER, George, 1812-1849. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente as províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. – (Coleção Reconquista do Brasil;v. 13)
- GRAHAM, Maria. 1785-1842. *Dário de uma viagem ao Brasil.*/ Maria Ghaham; [tradução A.J.L.]. – Belo Horizonte:Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. – (Coleção Reconquista do Brasil. 2. Série; V.157)
- KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*. Belo Horizonte: ed. Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1980.

KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Coleção Pernambucana, 2ª edição, v. XVII, 1978.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002

PECHMAN, Robert Moes. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano- Paris, Rio de Janeiro e Porto Aelgre*. 2.ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880/1920*. Porto Alegre, Editora Universidade, 1994

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa, Imprensa Régia, 1831.

TOLLENARE, Louis-François. *Notas Dominicais*. Recife, Secretaria de Educação e Cultura/Governo do Estado, 1978.